

CULTURA

1 Apresentação

Os períodos eleitorais têm características peculiares; constituem-se em períodos de incertezas quanto a continuidades de políticas, programas e ações. As incertezas dizem respeito, talvez, a questões substantivas referentes às mudanças e às permanências das políticas. Outro aspecto desses períodos, não menos relevante, é que as incertezas também se referem às continuidades das posições institucionais e dos seus pesos relativos. As alianças políticas – ou os realinhamentos exigidos pelas relações de forças – representam ameaça e acomodação, dúvidas e esperanças, a depender dos atores. Os ministros ficam ou são substituídos, bem como secretários ou equipes inteiras. Nesses momentos são realizados balanços, são redefinidos objetivos, são redimensionadas as intensidades das ações, e as movimentações são realizadas para realinhar objetivos e reposicionar os atores para auferir vantagens no tabuleiro político, interno ou externo aos órgãos setoriais.

O Ministério da Cultura (MinC) seguiu a regra à risca; envolveu-se com a possibilidade da permanência ou da saída do ministro Gilberto Gil, movimentou-se, fez cálculos sobre nomes alternativos. Ao mesmo tempo, esse quadro de expectativas e ansiedades suscitou a publicação de importantes documentos, balanços e avaliações dos anos de gestão, resultantes de encontros, fóruns, seminários. Esses documentos reafirmaram ou ajustaram antigos e novos compromissos.

A ansiedade gerada pela possibilidade de saída do ministro da Cultura foi curta, mas nem por isso menos intensamente vivida. O nome de Gilberto Gil foi um dos primeiros nomes confirmados para permanecer, mesmo antes do término da reforma ministerial. A espera pela confirmação, portanto, não foi muito longa, mas as configurações institucionais redesenhavam-se a cada movimentação da base de sustentação do governo. Nomes de diversos partidos e do próprio Partido dos Trabalhadores (PT) entraram e saíram da lista dos ministeriáveis. A confirmação da permanência de Gilberto Gil significou um alívio e uma aparente garantia de continuidade da política cultural que vinha sendo implementada.

Este capítulo busca retomar alguns fatos relevantes de 2006, como o lançamento do Programa Cultural para o Desenvolvimento e a ampliação do Programa Cultura Viva. Ainda, nesta seção, são destacadas duas mudanças institucionais no MinC ocorridas já no início de 2007, que poderão ter conseqüências importantes em termos da concepção e da condução das políticas culturais: a fusão da Secretaria de Articulação Institucional e da Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura e a mudança na presidência da Funarte. Em seguida, apresenta-se a execução física e orçamentária dos programas do Ministério da Cultura. Na quarta seção, aborda-se um tema central das políticas culturais: a questão do acesso e de como as famílias têm alocado seus recursos em relação aos bens e serviços culturais. Por fim, trabalhando em uma discussão mais prospectiva à luz da permanência do ministro Gilberto Gil e das alterações que estão acontecendo no MinC, são tecidas algumas considerações a respeito dos desdobramentos

e das conseqüências possíveis para a condução das políticas de cultura nos próximos anos e para o enfrentamento de problemas como o da democratização do acesso aos bens culturais.

2 Fatos relevantes

Um dos eventos mais importantes do período em foco foi o lançamento do documento Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil. Esse contém um balanço do primeiro mandato do presidente Lula e da gestão do ministro Gilberto Gil e uma confirmação de marcos conceituais, diretrizes e objetivos. Ali se redesenham e confirmam os objetivos de redefinição do papel do Estado e da cultura no desenvolvimento e é onde se marca a questão do acesso como questão-chave do MinC para o próximo período de governo. As linhas/diretrizes apresentadas no programa são as seguintes:

1. Elevar o orçamento da cultura para 1%.
2. Ampliar o Programa Cultura Viva.
3. Implementar o Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro.
4. Construir um consistente e diversificado sistema público de comunicação.
5. Desenvolver o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e aprovar o Plano Nacional de Cultura.
6. Criar um forte sistema de informações culturais.
7. Consolidar um sistema diversificado, abrangente e nacionalmente integrado para o fomento e para o financiamento da cultura.
8. Sintonizar os marcos legais de direito autoral.
9. Institucionalizar a parceria estratégica entre os Ministérios da Cultura e da Educação.
10. Prosseguir na reforma administrativa do MinC.

Muitos desses itens resultam de debates e dos processos internalizados nos inúmeros grupos de trabalho que funcionaram ao longo do último ano e que apresentaram seus resultados ao final do segundo semestre. Na realidade, os resultados são convergentes àqueles da 1ª Conferência Nacional de Cultura e intencionalmente foram elaborados para subsidiar a construção de diretrizes substantivas do Plano Nacional de Cultura (PNC). Os diversos grupos de trabalho concluíram suas discussões e publicaram seus relatórios em fins de 2006, como, por exemplo, o GT economia da cultura, trabalho e tributação, direito autoral, formação e pesquisa, memória e preservação, entre outros específicos (circo, teatro, artes visuais e dança). Chama-se a atenção para as discussões preparatórias para o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas que resultaram em dois cadernos: um com o diagnóstico do campo público de televisão (2006) e outro com relatórios dos diversos grupos temáticos.

O quadro 1 apresenta uma proposta de interpretação sintética dos desafios colocados pelo Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil. Reagrupa as linhas e as diretrizes daquele documento em dois grandes grupos: *i)* consolidação institucional; e *ii)* acesso e cidadania. Cada um deles tem um conjunto de desafios.

O primeiro conjunto refere-se à consolidação e ao fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Sistema Federal de Cultura (SFC) nas suas formas e padrão de articulação de recursos de fomento; o segundo conjunto será discutido brevemente no item “Tema em destaque”.

Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil (síntese)

Desafio
<p>Consolidação institucional</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Integrar recursos orçamentários e incentivados às diretrizes políticas 2) Aumentar o nível de recursos 3) Consolidar capacidades de gestão e articulação interna ao SFC e com o SNC 4) Articular as ações com outros setoriais 5) Dar continuidade às iniciativas de reposição de recursos e qualificação para a gestão 6) Ampliar a presença do MinC e dos equipamentos culturais nas regiões por meio do Programa Cultura Viva
Problema
<p>Ampliar o acesso e democratizar a cultura</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Os 10% mais ricos são responsáveis por 40% do consumo cultural 2) 83% dos municípios têm baixa intensidade de presença de equipamentos culturais 3) A maior frequência das práticas culturais é feita nos domicílios com especial ênfase para o consumo de audiovisual de televisão aberta 4) Aproximadamente 54% das ocupações do setor cultural é informal, sendo que no espetáculo vivo esse percentual vai a 84% e em patrimônio e cultura popular aproxima-se de 70% (os dois segmentos têm aproximadamente 500 mil ocupações) 5) Rio de Janeiro e São Paulo respondem por 34% dos empregos culturais

Elaboração: Disoc/Ipea a partir do Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil, MinC, nov. 2006.

O diagnóstico presente no documento em análise – espera-se que tenha sido corretamente interpretado na síntese anterior – tem relativo consenso no MinC. Há de continuar o processo de consolidação do Sistema Federal de Cultura (SFC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC), como peças da construção de políticas culturais ancoradas em direitos e de abrangência nacional. À luz dessa continuidade em termos de direção da política, quais seriam os significados das mudanças surpreendentes no MinC realizadas recentemente tanto na Secretaria de Articulação Institucional (SAI) quanto na Fundação Nacional de Artes (Funarte)?

A saída do titular da SAI, Márcio Meira, foi um dos fatos políticos mais importantes na área, acontecido já no início de 2007. Muitas dúvidas foram lançadas sobre as intenções de continuidades da implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), projeto encampado pelo antigo secretário e em grande medida decorrente do seu capital político no partido do presidente Lula. Muitas interpretações correram sobre a saída do secretário: algumas referiram-se a mudanças da base do governo, outras ao jogo político interno e ainda às contradições entre concepções sobre a implementação do SNC, defendido pela SAI, e outras secretarias e instâncias do MinC.

A implementação do SNC pela SAI implicava assinatura de protocolos de intenção com estados e municípios, onde os entes de governo se comprometiam a organizar seus sistemas locais e especialmente criar fundos locais de cultura e conselhos paritários. Não implicava a alocação de recursos financeiros, mas a adesão a uma concepção de política cultural e a valores, como o da participação. Do ponto de vista da estratégia era muito mais, pelo menos num primeiro momento, a organização de um sistema de mediação de interesses e interlocução entre atores. Essa estratégia tem a vantagem de ampliar as conexões entre poder público e sociedade, criando um sistema de apoios para a implementação da política. Por outro lado, gera um sistema de pressões difícil de ser gerenciado, mas não impossível, mesmo em situações de

recursos escassos. A experiência de outras políticas que possuem conselhos co-gestores nacionais e locais demonstra a factibilidade dessa possibilidade.

Com as mudanças, a SAI foi provisoriamente fusionada à Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura (SIFC), encarregada dos recursos incentivados e da implementação de mudanças na Lei Rouanet. Ainda não se sabe se esta estrutura significa nova postura global com relação ao SNC, se o arranjo é passageiro ou se haverá descontinuidade no processo de construção de um sistema de interlocução e, se sim, como serão conduzidos os novos processos. Além disso, pode-se levantar a questão da capacidade de apenas uma secretaria realizar tanto a consolidação do SNC quanto a reestruturação do sistema de financiamento.

A saída de Antônio Grassi da presidência da Funarte também foi uma surpresa, seguida de notas de críticas. Mas a acomodação ao nome de Celso Frateschi foi relativamente rápida. O novo presidente garantiu a continuidade das principais ações (XVII Bienal de Música Brasileira Contemporânea, Projeto Pixinguinha – que promove há trinta anos a circulação nacional de música). Frateschi afirmou que seria ampliada a abrangência nacional dos prêmios fomentados pela instituição, tais quais, o Prêmio Projéteis de Arte Contemporânea, o Prêmio Marcantonio Vilaça e os prêmios de fomento ao teatro, à dança e ao circo e projetos como a Rede Nacional de Artes Visuais. Também afirmou que a ocupação das galerias da Funarte, no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, também seria ampliada. Novidade foi a idéia de transferir a sede da Funarte e deixar ao Palácio Capanema (atual sede), no centro do Rio, a função de grande centro cultural para abrigar eventos das mais diversas artes.

Outro ponto que merece a atenção é a ampliação do Programa Cultura Viva, cuja ambição é proporcionar amplo acesso e democratização à cultura. Os Pontos de Cultura (núcleo do Programa Cultura Viva) podem ser associados com as casas de cultura de André Malraux (que teve papel central na consolidação da política cultural francesa) no sentido, como já se escreveu, de democratização e acesso, mas também de multiplicação de circuitos de produção e fruição cultural em ruptura com aqueles espaços clássicos e consagrados. No entanto, na experiência francesa, as casas de cultura tinham pretensões de profissionalização e excelência de talentos do campo artístico.

Por outro lado, os Pontos de Cultura têm estruturas mais flexíveis, menores e também um forte contato com culturas populares, dialogando com possibilidades de conexão de ações educativas, de inclusão tecnológica e de trabalho. Da mesma forma, não chega a ser uma proposta como a das casas de cultura cubanas, pois lá a ação cultural implicava acesso a informações orientadas para a saúde, trabalho, assistência, educação, além do desenvolvimento das artes. Mas a ampliação do escopo da ação e do número de Pontos de Cultura (no final de 2006, o número de Pontos já ultrapassava a casa dos seiscentos) pode ser um elemento de consolidação do SNC, na medida em que permite um encontro com a escola, o audiovisual, o mundo digital e da informática, além de valorização da diversidade e do estímulo ao associativismo cultural (ver seção “Acompanhamento da política e dos programas”).

A seção que se segue apresenta alguns dos resultados dos programas e a execução orçamentária, permitindo ilustrar a natureza das políticas culturais, os montantes de recursos orçamentários e seu comportamento.

3 Acompanhamento da política e dos programas

Em 2006, o Ministério da Cultura tinha no seu Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 dez programas, – nove finalísticos e um de gestão –, sendo que um, o Prodecult, embora ainda não formalizado na programação do Plano Plurianual do governo, já está estruturado e funcionando como tal. Os programas do MinC são em geral conduzidos por instituições vinculadas ou por seus departamentos. Os programas de patrimônio ligam-se ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – museus, patrimônios material e imaterial – e completam-se com o Programa Monumenta, ligado ao Iphan, mas com desdobramentos próprios; o Programa Livro Aberto liga-se à Biblioteca Nacional; música, artes cênicas, plásticas, circo, entre outros, ligam-se à Funarte; a área do audiovisual tem uma Secretaria do Audiovisual (SAV) e a Agência Nacional do Cinema (Ancine); Cultura Afro-Brasileira liga-se à Fundação Cultural Palmares; Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva) e Identidade e Diversidade – Brasil Plural ligam-se a Secretarias do Ministério.

Os programas de valorização e preservação do patrimônio são os que aportaram maiores recursos orçamentários no MinC. As ações distribuem-se entre Brasil Patrimônio Cultural, Monumenta e Museu, Memória e Cidadania. Em 2006, na área do patrimônio material foi efetivada a recuperação de aproximadamente 103 imóveis históricos em pelo menos 72 municípios de 24 estados do país e foram realizadas entre obras, serviços e ações diretas de preservação cerca de 1.773 intervenções. Como exemplo pode-se selecionar, entre muitos outros: restauração da Igreja de Santana, restauração do Solar do Barão do Guajará – Belém/PA; ações emergenciais nos sobrados da Rua Estrela, da Rua Palma, da Rua Direita e da Rua do Giz – São Luís/MA; restauro do Museu Jaguaribano – Aracati/CE; restauro de espaços do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – Rio de Janeiro/RJ; obras no Solar do Conde de Subaê e na Casa Berquó – em Santo Amaro e Salvador/BA, respectivamente; obra de conservação no edifício da antiga Alfândega em Florianópolis/SC; obras no Museu Nacional do Mar em São Francisco do Sul/SC. No âmbito do Programa Monumenta, foram iniciados projetos em 83 municípios históricos, foram concluídas 69 obras em sítios históricos de 19 municípios e outras 23 estão em fase de conclusão.

Ainda no campo patrimonial, mas em ações específicas na área dos museus, foram realizados durante o ano 2006, no Programa Museu, Memória e Cidadania, 79 oficinas e 11 seminários/fóruns de capacitação, onde participaram mais de 4.600 profissionais de 19 estados brasileiros. O programa custeia 28 museus e três centros culturais federais e apóia instituições sem fins lucrativos que necessitam de recursos públicos. Em 2006, o programa recuperou as estruturas de 38 museus e espaços culturais públicos e privados e foram realizadas atividades em instituições museológicas, sendo destaques a segunda edição do Fórum Nacional de Museus e a quarta edição da Semana de Museus com o tema "Museus e o Público Jovem" (com mais de 1.200 eventos e participação de mais de 450 instituições). O Programa de Formação e Capacitação na Área de Museologia capacitou, até julho de 2006, mais de 10 mil profissionais de instituições museológicas e entidades afins de todo o país.

Na área do patrimônio imaterial foram iniciados oito projetos de inventário, dentre eles os de referências culturais dos povos Mbyá-Guarani e Porongos, e da cultura regional do Seridó/Caicó, dos assentados do São Francisco e da Ilha de São

Luís. Foram concluídos, em 2006, dois registros definitivos de bens do patrimônio imaterial: a Feira de Caruaru e a Cachoeira do Iuretê – lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri –, totalizando nove registros desde a criação da iniciativa. Diversos projetos tiveram como foco a valorização das culturas populares e das etnias brasileiras: 11^a Mostra Internacional do Filme Etnográfico; registro das referências culturais de comunidades das populações tradicionais do município de Xapuri/AC; registro dos Cantos Sagrados de Milho Verde – Serro/MG; processo de registro dos Bois-Bumbás Garantido e Caprichoso de Parintins/AM; registro do Mamulengo; levantamento documental para registro das Festas do Rosário no Brasil; registro da Feira de Caruaru – PE; registro da Renda Irlandesa – Divina Pastora/SE; registro da Festa do Divino Espírito Santo – Pirenópolis/GO; inventário das referências culturais dos povos indígenas do alto Rio Negro – Manaus/AM; valorização e documentação do patrimônio imaterial do Piauí – Mestre Dezinho; Arte Santeira – Teresina/PI e as rotas da alforria. Além dessas atividades, a política do patrimônio imaterial é responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural já registrado, como aqueles citados, e outros como a arte kusiwa dos Wajápi, Ofício das Paneleiras de Goiabeiras – Vitória/ES, Samba de Roda do Recôncavo Baiano – Salvador/BA, do Modo de Fazer Viola de Cocho – MT, Jongo, Ofício das Baianas de Acarajé.

O Programa Cultura, Educação e Cidadania constitui-se em uma das prioridades do MinC. Objetiva fortalecer as dinâmicas culturais comunitárias e associativistas, tendo como ação mais evidente os Pontos de Cultura. O programa foi responsável pela capacitação direta de 2.025 pessoas em diferentes linguagens artísticas e seus gestores estimam que os projetos contemplados têm trazido benefícios diretos e indiretos a cerca de 400 mil pessoas de diversas populações, como as das comunidades rurais, indígenas, ribeirinhas, quilombolas e as que habitam periferias e favelas. O ano de 2006 encerrou com exatos 654 Pontos de Cultura (que são articulados por meio dos pontões e redes de pontos de cultura) instalados em 262 municípios brasileiros. A ação Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social apoiou 6.870 pessoas. É uma ação que se concentra em promover a inclusão social pela cultura, a partir de oficinas, *workshops*, seminários e cursos relacionados a atividades culturais. Essa ação abrange iniciativas como: Agente Cultura Viva, Cultura Digital, o apoio e a valorização do Griôs – Mestres dos Saberes e Escola Viva. A subação Agente Cultura Viva, realizada em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, usa recursos financeiros e referencial normativo do Programa Primeiro Emprego. Seu público é de jovens entre 16 e 24 anos e implica auxílios financeiros àqueles que assumem o compromisso de multiplicar o conhecimento adquirido nos cursos e nas oficinas fornecidos pelo Ponto de Cultura em sua comunidade. Até final de 2006 foram pagos 50 mil auxílios a 12.500 jovens cadastrados em 192 Pontos. O programa ainda realiza atividades não orçamentárias, como o Prêmio Cultura Viva e a Teia, que tem patrocínio da Petrobras e está sob a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). Seu principal objetivo é reconhecer, estimular e dar visibilidade às iniciativas culturais relacionadas à consolidação da cidadania. A primeira edição se deu em junho de 2006 e contou com cerca de 1.500 inscrições, abrangendo mais de quinhentos municípios brasileiros. Os inscritos foram selecionados no universo de profissionais do campo da cultura, representantes de governos, de universidades e da sociedade civil.

No campo do fomento das artes e do espetáculo vivo, o principal programa é o Engenho das Artes. O acesso é a questão central das políticas culturais e o que as justifica. Muitas são as formas para sua promoção: fomento, redução de preços de entrada, realização de eventos gratuitos, formação de público, ampliação do alcance e da abrangência territorial da produção, criação de espaços culturais adequados, intensificação da circulação de eventos pelos espaços existentes. Essas são questões enfrentadas pelo Programa Engenho das Artes, que desenvolveu várias iniciativas, algumas retomadas de décadas anteriores, outras novas. Na música destaca-se o Projeto Pixinguinha, que promoveu 94 espetáculos em 45 cidades e atingiu um público aproximado de 41 mil pessoas; os Concertos Didáticos nas Escolas, que selecionaram 18 grupos, com 160 apresentações em 131 escolas públicas para cerca de 38 mil alunos; a Circulação de Música de Concerto, que garantiu a realização de outros 187 espetáculos em diversos municípios; e a Pauta Funarte de Música Brasileira, que abriu espaço para 115 artistas ou grupos, totalizando 230 apresentações nas salas Funarte do Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte. Nas artes cênicas (teatro e dança) foram premiados 378 projetos, graças às parcerias formalizadas com a Petrobras. As Caravanas de Circulação Nacional apoiaram 72 montagens nesses segmentos em diferentes pontos do território nacional. O Arte sem Barreiras, direcionado para pessoas com deficiências, selecionou 20 projetos e realizou cinco mostras regionais, envolvendo público aproximado de 400 mil pessoas. Nas artes circenses, 61 projetos foram contemplados por meio do Prêmio de Estímulo ao Circo. Outras iniciativas permitiram o apoio à realização de trinta festivais nas áreas de artes cênicas, artes visuais e música, envolvendo cerca de 950 mil pessoas. No ano de 2006 também foi consolidada a Rede Nacional de Artes Visuais – que promove a articulação nacional dos segmentos das artes visuais por meio de oficinas, palestras, ações e desenvolvimento de produtos didáticos específicos. Vale destacar que a organização e o estímulo à produção por meio de prêmios (muitos com patrocínio da Petrobras) é prática importante nas políticas culturais: Prêmio Funarte Carequinha de Estímulo ao Circo, Prêmios Funarte de Teatro Myriam Muniz e de Klauss Vianna, Caravana Funarte–Petrobras de Circulação Nacional de Teatro e Dança, Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça.

Ainda no campo do fomento encontra-se em atuação o Programa Brasil, Som e Imagem, que apoiou a realização de dez longas-metragens de baixo orçamento e de cinquenta curtas-metragens (dez de animação e vinte destinados ao público infanto-juvenil); quarenta filmes de curta duração por meio do Revelando os Brasis e o início de dez projetos de jogos eletrônicos. Convém acrescentar a conclusão de outros 15 projetos por meio das iniciativas Olhar Brasil, com foco nas produções comunitárias, e Documenta Brasil, que realiza documentários em parceria com a rede comercial de TV.

Dois programas do MinC promovem ações relativas à valorização da diversidade. São os Programas Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural e Cultura Afro-Brasileira. No âmbito do Programa Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural foi realizado o II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares e o I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares. Esses eventos foram precedidos por oficinas em 27 estados brasileiros, com representantes de instituições públicas e da sociedade civil, com a participação de cerca de 3.500 pessoas na discussão de potencialidades locais, segundo dinâmicas e modos específicos de atuação dos indivíduos, dos grupos e das comunidades. Foi concedido o Prêmio

Cultura Indígena, publicados os resultados do GT Indígena e realizadas oficinas de representantes de povos indígenas para elaboração de projetos culturais para que esses possam participar dos programas desenvolvidos pelo MinC. Foram formados 33 multiplicadores de 23 etnias das cinco regiões do país. Em junho de 2006 também se realizou a seleção de projetos do Edital de Fomento às Expressões Culturais GLBTT. Foram selecionados 63 projetos, entre eles 43 de Paradas do Orgulho GLBTT e vinte de outros segmentos artísticos e culturais. A Portaria nº 02/2006, de 19 de janeiro, instituiu um grupo de trabalho para refletir e propor políticas públicas para a cultura cigana. Já o Programa Cultura Afro-Brasileira desenvolveu ações de cooperação técnica com órgãos públicos e privados, qualificando e ampliando a atuação da Fundação Cultural Palmares (FCP). A fundação promove a valorização e a difusão da cultura afro-brasileira, intercâmbio cultural com os africanos do continente e da diáspora por meio da realização de inúmeros eventos. O programa também atua junto às comunidades quilombolas capacitando-as para as tarefas de auto-sustentabilidade, com ações de fortalecimento da economia, desenvolvimento do associativismo e intercâmbio cultural entre elas.

No âmbito das políticas de democratização do livro e da leitura, o Programa Livro Aberto instalou 404 bibliotecas com *kits* adquiridos em exercícios anteriores. Foram concedidas bolsas de tradução e publicação de obras de autores brasileiros a editoras estrangeiras, sendo uma da Espanha, uma da França e três da Itália. Na área de pesquisa, destacam-se como projetos institucionais A Família Real no Brasil (tendo em vista as comemorações, em 2008, do bicentenário da chegada da Corte no Brasil) e os Manuscritos Musicais de Jequery. Entre os projetos de pesquisa destacam-se: “Retratos das novas gerações em cores neoliberais: a construção discursiva da adolescência e juventude nas revistas semanais brasileiras: 1980-2000”; “Balas perdidas, leitores perdidos: discursos de crônicas cariocas sobre o modo de usar a cidade”; e “Mario Praz e Alexandre Eulálio: paisagens históricas e geográficas do Brasil e a estética decadentista”. A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) também promoveu reuniões no âmbito da Câmara do Livro para discussão das diretrizes políticas para o setor.

No que se refere à execução orçamentária, a primeira consideração é a respeito do aumento de 17% dos valores liquidados. Da casa do R\$ 565,3 milhões (2005), os dispêndios vão para R\$ 661 milhões em 2006. As aplicações diretas são responsáveis por 58,5% desse aumento, mas sua participação no total não sofreu grande variação (de 71,3% para 69% em 2006). Grande parte do aumento deveu-se à ampliação de gastos com pessoal e encargos sociais com uma variação de 54,3% no período (algo em torno de R\$ 77,7 milhões).

As transferências aumentaram 15% e são responsáveis por 22% do aumento dos dispêndios do período. Dentro dessas, sobressaem as transferências aos municípios que, além de quase duplicarem no período, tiveram uma participação de 9,6% em 2006 (em 2005 foi de 6%) e foram responsáveis por R\$ 29,5 milhões ou 25% do aumento de dispêndios culturais no período. Assinale-se que essas transferências não apresentam tendências ou comportamento estáveis, o que implica associá-las ao fomento de eventos, projetos, investimentos pontuais ou convênios circunstanciais. A tabela 2 apresenta o comportamento do dispêndio e da execução do MinC por programas e outros itens de gasto.

TABELA 1

Execução orçamentária do Ministério da Cultura segundo modalidade de despesa (2005-2006)

(Em reais)

Modalidade de despesa	2005*		2006		Variação liquidado 2006/2005	Partic. no total 2005	Partic. no total 2006
	Liquidado (a)	Nível de execução (%) (b)	Liquidado (c)	Nível de execução (%) (d)			
Total	565.337.566	80,9	661.165.746	83,9	17,0	100,0	100,0
Aplicações Diretas	386.890.964	89,7	456.184.362	87,3	17,9	68,4	69,0
Pessoal e Encargos Sociais (ativos, inativos e pensionistas)	143.195.426	88,8	220.926.914	97,7	54,3	25,3	33,4
Outras despesas	243.695.538	90,2	235.257.448	79,4	-3,5	43,1	35,6
Juros e encargos da dívida	1.099.730	71,5	1.257.640	100,0	14,4	0,2	0,2
Outras despesas correntes	228.743.050	91,3	209.678.622	79,5	-8,3	40,5	31,7
Investimentos	12.467.310	76,1	21.439.383	76,0	72,0	2,2	3,2
Inversões financeiras	50.633	74,8	949.422	74,6	1.775,1	0,0	0,1
Amortização da dívida	1.334.815	81,0	1.932.381	99,9	44,8	0,2	0,3
Transferências	178.446.602	71,9	204.981.384	83,1	14,9	31,6	31,0
Transferências à União	-	-	-	-	-	-	-
Transferências aos estados e ao Distrito Federal	17.360.452	44,8	30.784.896	84,4	77,3	3,1	4,7
Transferências a municípios	33.761.715	55,2	63.266.043	76,5	87,4	6,0	9,6
Transferências à instituições privadas	87.270.267	86,1	85.318.909	88,4	-2,2	15,4	12,9
Transferências à instituições privadas com fins lucrativos	11.582.957	98,7	9.427.778	71,5	-18,6	2,0	1,4
Transferências ao exterior	28.471.211	81,0	16.183.758	91,2	-43,2	5,0	2,4

Fonte: Siafi/STN

Elaboração: Disoc/lpea

* Valores de 2006 corrigidos pela média anual do IPCA/IBGE.

Ponto relevante é o aumento do nível de execução média que foi de 80,9% em 2005 e vai para 83,9% em 2006 e ainda com maiores recursos. Mas se focalizar os programas ainda se vê heterogeneidades no nível de execução. Livro Aberto (execução de 62%, R\$ 11,3 milhões em 2006), Brasil Patrimônio Cultural (71,2% ou R\$ 35,4 milhões), Engenho das Artes (71,9% ou 107,3 milhões), Identidade e Diversidade – Brasil Plural (78,5% ou R\$ 4,3 milhões), Monumenta (79,3% ou R\$ 56,2 milhões) e Cultura Afro-Brasileira (80,2%, ou R\$ 10,7 milhões) tiveram execução abaixo da média ministerial. O Programa Museu, Memória e Cidadania teve execução acima da média e aumento de 27,2% dos recursos executados em 2006 relativamente a 2005. O Programa Cultura, Educação e Cidadania teve execução acima da média em 2006, mas redução de recursos liquidados em relação ao ano de 2005 da ordem de R\$ 10,4 milhões ou 18,6%.

TABELA 2

Execução orçamentária do Ministério da Cultura por programas e outros itens (2005-2006)

(Em reais)

Programas e outros itens	2005*		2006		Variação (c/a)	Variação absoluta	Participação na variação
	Liquidado (a)	Nível de execução (%) (b)	Liquidado (c)	Nível de execução (%) (d)			
Total	565.337.566	80,9	661.165.746	83,9	17,0	95.828.180	81,0
Brasil Patrimônio Cultural	29.557.770	63,0	35.450.173	71,2	19,9	5.892.403	5,0
Livro Aberto	34.216.972	76,3	11.306.282	62,6	-67,0	-22.910.690	-19,3
Brasil, Som e Imagem	54.112.551	91,7	58.665.658	85,8	8,4	4.553.107	3,8
Museu Memória e Cidadania	21.190.024	96,1	26.956.541	90,1	27,2	5.766.517	4,9
Cultura Afro-Brasileira	9.778.182	58,5	10.754.426	80,2	10,0	976.244	0,8
Monumenta	39.465.252	80,2	56.282.556	79,3	42,6	16.817.304	14,2
Cultura, Educação e Cidadania	56.074.159	79,3	45.621.413	89,5	-18,6	-10.452.746	-8,8
Engenho das Artes	77.724.857	63,3	107.393.624	71,9	38,2	29.668.767	25,0
Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural	4.596.059	89,3	4.357.084	78,5	-5,2	-238.975	-0,2
Gestão da Política de Cultura	55.780.184	92,3	36.455.063	84,0	-34,6	-19.325.121	-16,3
Gestão da participação em organismos internacionais	524.110	63,2	599.180	71,1	14,3	75.070	0,1
Apoio administrativo	130.984.794	88,9	186.257.179	97,9	42,2	55.272.385	46,6
Previdência de Inativos e pensionistas da União	47.400.544	98,1	68.421.175	98,7	44,3	21.020.631	17,7
Cumprimento de sentenças judiciais	1.497.564	100,0	9.455.371	93,3	531,4	7.957.807	6,7
Serviço da dívida externa (juros e amortizações)	2.434.545	76,4	3.190.021	99,9	31,0	755.476	0,6

Fonte: Siafi/STN

Elaboração: Disoc/lpea

* Valores de 2006 corrigidos pela média anual do IPCA/IBGE.

Quanto ao padrão de execução do Programa Cultura, Educação e Cidadania (Pontos de Cultura), é possível apontar para dificuldades no processo de manejo de instrumentos de gestão, dado que a redução do liquidado em R\$ 10 milhões não se

deveu a razões políticas, pois a ampliação do programa é de amplo consenso. Nesse caso, o fortalecimento de componentes da gestão faz-se necessário caso o programa se amplie e se mantenha como prioridade ministerial e, da mesma forma, no caso dessa priorização ser seguida de aumento de recursos financeiros.

4 Tema em destaque

Política cultural, cidadania e acesso

As políticas públicas de cultura brasileiras têm como princípio norteador a idéia de cidadania. O Estado tem ganhado cada vez mais o papel de protagonista de uma política de direitos culturais. Como se viu nas diretrizes do Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil, aumentar os recursos para o fomento (oferta de bens culturais), dispor de maior articulação com as políticas de educação para formar o gosto (demandantes e produtores de bens) e ampliar os espaços públicos culturais para a produção ou a fruição são premissas das políticas culturais. Esses últimos pontos envolvem a democratização da mídia e a multiplicação de espaços culturais públicos.

Dessa maneira, o acesso e a democratização são dois dos aspectos principais das políticas culturais. O acesso refere-se à possibilidade de usufruir de bens culturais produzidos pelas coletividades, o que significa ter capacidade e liberdade para dispor delas no jogo complexo de produção e recepção de informações presentes nos bens culturais. A questão do acesso e da democratização da cultura é complexa e muitas são as análises que apontam os limites dessas políticas.

Alguns autores, por exemplo, mostram que o aumento da produção de bens culturais não implica disseminação de *habitus* de consumo ou de práticas culturais. Em muitos casos significa que poucos consomem ou praticam mais. Essas críticas são diretas às políticas de acesso e democratização, envolvendo um deslocamento a respeito dos seus fundamentos. Segundo esses autores, não é razoável esperar um nível alto de prática cultural, em especial em cardápio de práticas normativo, ou seja, carregado de valores não compartilhados socialmente. Por que seria razoável exigir alto nível de frequência a museus, a teatros, a espetáculos de dança, ou mesmo de leitura de livros nos contextos de valorização de outras práticas de sociabilidade e de formas de obtenção de informações (a exemplo da audição de música em locais públicos como bares, saídas para danceterias, práticas de esporte etc.)?

Todavia, tanto consumo quanto práticas culturais implicam intensidades variadas, desmobilização constante, deslocamentos de prioridades e são condicionadas por eventos aleatórios, como perda de emprego, saúde, ou outra circunstância dos ciclos de vida. Enfim, a cultura, concebida como mais um recurso individual e social, não implica determinado padrão ou atitude normativa de consumo ou prática cultural. Não há possibilidade de afirmar que uma prática é mais legítima que outra a não ser que se tome uma posição normativa.

No entanto, é possível imaginar que o poder público tem na cultura um recurso e um conjunto de justificativas razoáveis para amplificar os espaços públicos de troca, de interação e de formação da cidadania, tornando-a um qualificador dos processos de desenvolvimento e disponibilizando-a como recurso na formação de capacidades individuais e coletivas.

As políticas públicas culturais podem adquirir dois conjuntos de sentidos diferenciados. Em um sentido sociológico, a cultura implica institucionalidade mais formalizada, em que os equipamentos culturais e os espaços são objeto de um investimento social específico. Por outro lado, envolve uma significação antropológica, ou seja, mais relacionada com os comportamentos cotidianos, com os vínculos sociais e com as interações simbólicas do dia-a-dia. No primeiro caso, o consumo aparece como uma dimensão aparente, pois envolve instituições e trocas monetárias. O segundo caso indica simplesmente as práticas e suas frequências.

O acesso a bens culturais por meio do consumo é concentrado nas famílias de alta renda o que, por aproximação, corresponde às famílias de maior escolaridade. Os efeitos da renda têm peso considerável na estrutura de consumo cultural. Os domicílios de renda mais alta concentram os dispêndios culturais, mas cada segmento cultural tem comportamento diferencial quanto aos dispêndios das famílias.

Os dados da tabela 3, onde constam os valores do índice de Gini da renda familiar *per capita* e dos coeficientes de concentração dos gastos familiares *per capita* do consumo e dos gastos culturais, mostram o quadro antes descrito, com o Gini da renda de 0,59 pouco superior ao coeficiente de concentração das despesas com cultura (0,58) e bem superior ao das despesas de consumo (0,47). No que diz respeito à concentração dos gastos com os agregados de bens e serviços culturais “construídos” verificam-se, grosso modo, três comportamentos. Há aqueles gastos cuja concentração é muito semelhante ao do conjunto dos bens culturais, quais sejam: audiovisual e outras saídas (shows, boates, ida ao zôo etc.), com este último agregado mostrando-se menos concentrado que as despesas culturais. Os dispêndios com a indústria fonográfica são bem menos concentrados que os gastos culturais em geral, sendo eles, até mesmo, mais bem distribuídos que os gastos de consumo em geral. E, por fim, há os gastos mais concentrados que são em ordem crescente, os com leitura, os com espetáculos e os com microinformática.

As tabelas 4 e 5 ilustram aspectos importantes das práticas culturais, relacionando-as com as capacidades adquiridas pela educação e pelos níveis de renda.

As práticas domiciliares e de audiovisual estão entre aquelas de maior frequência – 81% das pessoas sempre assistem a TV e ouvem rádio. Enquanto muito mais da metade nunca vai a *shows*, aluga filmes, vai ao cinema, a museus, ao teatro. Também é interessante notar que 69% nunca retira livros em bibliotecas. Também aqui a intensidade de prática se relaciona com a classe de renda.

Quanto à saída para exposições e feiras, 45% nunca vai a esse tipo de evento. Outro ponto é o de que a frequência das práticas relacionadas a eventos ligados às artes e a espetáculos aumenta com o nível de letramento. O mesmo padrão relaciona-se ao nível de renda como se observa na frequência pelas classes de renda.

TABELA 3

Brasil – Valor mensal familiar *per capita* e coeficiente de concentração da renda das despesas em consumo e dos gastos culturais (2002-2003)

Variável	Valor mensal familiar <i>per capita</i> (R\$ jan./2003)	Coeficiente de concentração ¹	Participação ²
Renda	501,48	0,593	100%
Despesas de consumo	405,38	0,468	81%
Gastos em cultura	15,19	0,575	4%
Audiovisuais	6,26	0,573	41%
Espetáculos	1,02	0,631	7%
Ind. fonográfica	2,21	0,398	15%
Leitura	2,37	0,627	16%
Informática	2,22	0,691	15%
Outras saídas	1,10	0,550	7%

Fonte: Microdados POF 2002-2003 (IBGE).

Notas: ¹ São coeficientes de concentração em relação a renda, ou seja, a população está ordenada pela renda familiar mensal *per capita*. Assim, no caso da renda, é o índice de Gini. Consideraram-se os rendimentos e os gastos monetários e não monetários.

² As participações dos gastos em cultura são em relação às despesas de consumo e para os itens de cultura a base são as despesas totais em cultura.

TABELA 4

Frequência de práticas culturais por nível de alfabetismo e nível socioeconômico

(Em %)

	Total	Analfabetismo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Classe A/B	Classe C	Classes D/E
Sempre assiste TV	81	58	79	84	86	85	88	75
Sempre ouve rádio	78	67	76	82	79	81	83	74
Nunca vai a exposições e feiras	45	65	56	42	28	25	39	54
Nunca vai a shows	50	80	65	42	30	31	42	59
Nunca aluga filmes em locadoras	59	95	78	53	34	22	39	82
Nunca vai ao cinema	68	93	82	65	46	31	61	83
Nunca vai a museus	78	93	89	78	62	53	74	88
Nunca vai ao teatro	83	95	94	81	68	56	81	92
Nunca retira livros em biblioteca	69	95	86	65	45	48	65	78

Fonte: RIBEIRO, V. M. (Org.). *Letramento no Brasil*. Ed. Ação Educativa. São Paulo: Ed. Global; Instituto Paulo Montenegro, 2003.

Elaboração: Disoc/Ipea.

O desenvolvimento cultural tem seguido a direção da crescente privatização dos espaços de produção, fruição e consumo, da ampliação dos espaços de mercado e da relevância crescente da cultura transmitida por meios eletrônicos. É importante assinalar a participação dos equipamentos domésticos, como televisão, rádio, vídeos etc., na cesta de consumo e nas práticas culturais e de lazer das famílias, e também a ausência de políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade e à democratização dos meios de comunicação. Esse conjunto de elementos contribui para agravar desigualdades e acentuar distâncias sociais.

É muito clara a diferença do nível e qualidade da informação desfrutada pelas classes sociais, isto é, entre aqueles que acessam bens e informações construídos para segmentos de escolaridade e renda alta (TV fechada e internet, por exemplo) e as outras que desfrutam apenas de TV aberta e não acessam, por exemplo, conteúdos audiovisuais, como DVDs, CDs etc. Essa configuração é corroborada pelos seguintes fatos: 99,6% dos domicílios de classe A/B têm televisão, 60% têm microcomputador, 87,4% têm videocassete, 14% têm toca-discos a *laser* e 19% têm DVD. Enquanto isso 74% da classe D/E têm televisão, 1,4% têm microcomputador, 6,7% têm videocassete, 2,8% têm toca-discos a *laser*, 0,1% têm DVD.

Então, pode-se assinalar que os consumos culturais expressam as distâncias sociais, sobretudo quando vistos pelos estratos de renda. Essas distâncias marcam forte fragmentação, com pouca interação entre os indivíduos das diversas classes sociais. Essa fragmentação também é iniciada pelos consumos cada vez mais privados, realizados em pequenos grupos ou domicílios de famílias pequenas, e é agravada pelos desenvolvimentos urbanos.

Sem expansão planejada dos serviços e dos equipamentos – em geral mal distribuídos geograficamente –, distâncias sociais, econômicas, educacionais são agravadas. Soma-se a essas causas a exclusão pelas distâncias relacionadas à organização e à ausência de planejamento dos espaços urbanos, da localização de equipamentos, da qualidade dos transportes, mas também às inseguranças da vida urbana.

Outro elemento a transformar padrões de relacionamento e isolamento (nesse caso, relativo) é a atração dos meios de comunicação que chegam ao domicílio e que passam a ocupar boa parte do tempo livre, transformando hábitos e sociabilidades. Mesmo assim deve-se acentuar que as desigualdades, em que pese o forte conteúdo ideal e potencial de democratização dado às novas tecnologias (microcomputador, internet, CDs, DVDs etc.), ainda são fortes.

A dinâmica cultural exacerba desigualdades e distâncias sociais. É evidente a necessidade de políticas culturais que distribuam bens e contribuam com a diminuição de distâncias e desigualdades nos mapas sociais de reconhecimento mútuo entre segmentos, grupos e classes. Em razão da inefetividade diante de problema de tamanha dimensão – a carência de equipamentos é sempre maior quando eles dizem respeito à atuação pública –, é indispensável repensar a cultura e o consumo cultural à luz da noção de cidadania, cristalizando uma agenda que faça da intervenção cultural pública fator decisivo da reconstrução de espaços de fruição e produção acessível de forma universal.

Para completar esse quadro é importante assinalar que os usos do tempo livre se constituem em outro estrato de sentido para interpretar o que fazem as pessoas, efetivamente, no dia-a-dia e como estabelecem suas redes de relações e interações no espaço social. A tabela que se segue ilustra a grande heterogeneidade das práticas culturais por grupos de idade, classe e escolarização.

A tabela 5 apresenta algumas tendências. Os jovens preferem leitura de lazer e com maior presença de conteúdos visuais (revista), enquanto os mais velhos preferem os jornais onde, presume-se, se encontram informações úteis, como os classificados e os gerais (política, economia, cidades etc.). O número de horas diante da televisão ou TV por assinatura é similar, embora entre os mais velhos seja menor o número daqueles que ficaram mais de 5 horas diante da telinha. O mesmo vale para o rádio de maior consumo entre os jovens e de cinema e internet, cuja prática é maior entre os mais jovens.

Outra característica é que a frequência ou intensidade das práticas culturais é maior entre os mais ricos, exceção feita à televisão. O mesmo padrão é real para a escolaridade: os de maior escolaridade “praticam mais a cultura” que os de menor escolaridade, exceção à televisão e ao rádio.

TABELA 5

Práticas culturais selecionadas e perfil socioeconômico dos praticantes

(Em %)

Prática cultural	Leitura		Rádio/TV			Cinema	Internet
	Jornal	Revista	Televisão	TV ass.	Rádio		
12 a 19 anos	27	52	94	14	65	20	38
20 a 24 anos	38	49	91	14	67	21	40
25 a 34 anos	39	48	90	13	62	16	33
35 a 44 anos	41	42	89	14	60	9	25
45 a 54 anos	42	38	88	13	60	7	21
55 a 64 anos	38	34	87	14	57	6	11
Classe A/B	59	64	88	32	61	29	61
Classe C	34	43	92	8	62	9	21
Classe D/E	18	26	89	0	63	3	5
Masculino	40	41	90	15	63	15	31
Feminino	35	48	90	13	61	13	27
Doutorado/Mestrado/Pós-graduação/MBA	73	79	79	42	53	46	86
Superior completo	68	72	85	40	59	34	69
Segundo grau completo	44	50	91	13	62	12	31
Primeiro grau completo	35	37	92	7	63	4	11
Primeiro grau incompleto	19	29	91	4	62	4	8
Sem estudos	10	13	91	1	62	1	0

Fonte: Ibope/MinC.

Obs.: Definições das freqüências:

Jornal: lê pelo menos um título uma vez por semana.

Televisão: assistiu 5 horas ou mais nos últimos 7 dias.

TV assinatura: assistiu 5 horas ou mais nos últimos 7 dias.

Revista: lê pelo menos um título uma vez por mês.

Cinema: freqüente pelo menos uma vez por mês.

Internet: acessou nos últimos 7 dias.

Rádio: ouviu alguma emissora nos últimos 7 dias.

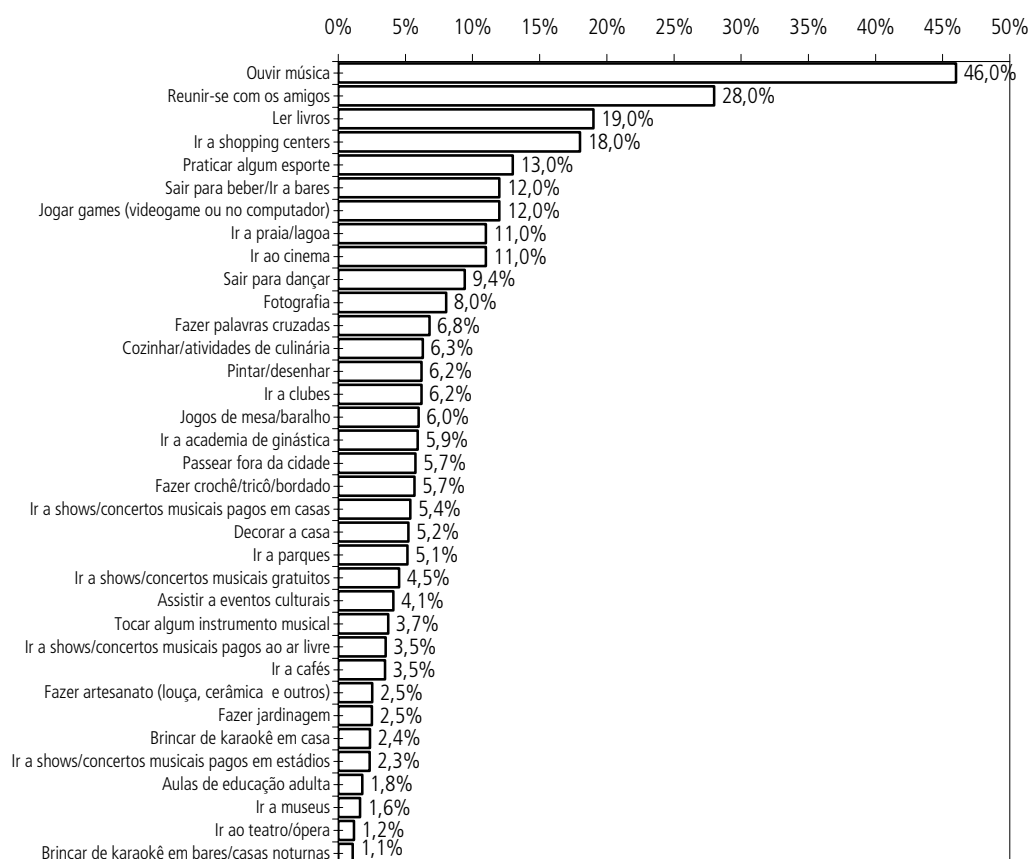
Dessas considerações depreende-se que ser praticante ou fruidor de cultura decorre da posição na estratificação de renda e do nível de acesso à escolarização. Outra conseqüência é dar razão às intenções de democratização da televisão, principal canal de acesso universal à informação e a bens culturais, ou seja, já que todos vêem televisão, e esse é o principal veículo cultural para as camadas sociais de menor escolaridade e renda, é necessário melhorar sua qualidade. É então possível que uma refuncionalização dos espaços públicos culturais (equipamentos) deva considerar as dificuldades relativas à escolarização e à falta do *habitus* próprios à prática cultural, e outras práticas, também sendo culturais (não em sentido normativo), deveriam ser ponderadas como componentes condicionantes das políticas de cultura.

Última questão: abstraindo essas práticas antes indicadas como práticas culturais, pode-se perguntar: o que fazem efetivamente as pessoas no seu tempo livre? O gráfico 1 permite uma visualização das múltiplas atividades relacionadas às sociabilidades e ao exercício de elementos lúdicos próprios de uma concepção antropológica do fazer cultural e do uso do tempo livre.

Como se depreende do gráfico 1, são muitas as possibilidades relacionadas às práticas cotidianas, que vão desde ouvir música e reunir-se com amigos, até ir a museus, a teatro e brincar de karaokê. Essas práticas não são excludentes, cada uma tem um tempo, uma intensidade e uma distribuição. Na elaboração de políticas culturais não parece possível abandonar uma visão normativa, inclusive presente em outras políticas como a de educação, preconizando um relativismo absoluto. É importante que a cultura seja capaz de modificar pessoas e possibilidades de relação

social no sentido de dotá-las de valores relacionados à tolerância e ao reconhecimento mútuo. No entanto, é também necessário o reconhecimento de que apesar da cultura ser coisa séria, ela não pode (e nem se quisesse o conseguiria) preencher todas as necessidades relacionadas ao uso do tempo livre. Talvez uma reflexão sobre essa questão permita a elaboração de novas estratégias de implementação de políticas e o estabelecimento de sinergias com políticas urbanas, educacionais, de esporte e assim por diante. Também é possível considerar que essas práticas – muitas delas ligadas às políticas relacionadas ao fomento às artes, outras ao entretenimento ou ao simples lazer, como esportes – possam ser pensadas como atividades programadas de forma conjunta, no mesmo espaço e direcionados a públicos diferenciados.

GRÁFICO 1
Práticas culturais de lazer



Fonte: Ibope/MinC.

O acesso e a democratização são valores fundadores das políticas culturais. Mas, no Brasil, essas políticas têm de lidar com a grande heterogeneidade e desigualdades sociais que se refletem no acesso a bens culturais. Essa heterogeneidade deve ser considerada na elaboração das políticas culturais. Os consumidores valorizam a cultura como peça de mecanismos que organizam informações e interações sociais. No entanto, as políticas culturais devem, além de seus conteúdos normativos, ou seja, proporcionar o acesso àqueles segmentos e bens culturais considerados importantes na história das artes, também se referenciar aos desejos e *habitus* efetivamente mobilizados nas práticas.

Entretanto, formas de organização dos espaços de consumo e práticas acentuam as distâncias sociais e o isolamento no domicílio. Os espaços públicos são escassos e pouco acessíveis. Ademais, a dinâmica da vida urbana, em geral violenta e confusa, desorganizada e cara, impede ou não incentiva o uso intensivo dos espaços urbanos para o entretenimento, o lazer e as práticas culturais. Nesse sentido, as políticas culturais implicam ações organizadas no espaço urbano, portanto, exigem ações intersetoriais.

É também claro que a renda afeta o consumo e o acesso a bens culturais. É um lugar comum – que não custa entoar como mantra: é importante aos formuladores culturais a defesa de políticas de inclusão e aumento de renda. As formas em que estão organizados os cotidianos das cidades e a estrutura do tempo disponível para o lazer tornam imprescindível que se faça o fomento à produção artística, mas parece necessário que essas ações sejam acompanhadas de intervenções sistemáticas nas condições do consumo (transporte, logística para consumos associados ao lazer e à cultura, segurança, localização de equipamentos etc.) e nas condições dos públicos (educação, renda, acesso a outros serviços públicos etc.).

5 Considerações finais

Mudança de rota ou ajuste em vôo?

De processos políticos complicados, derivam-se realinhamentos políticos de maior ou menor profundidade. No âmbito do MinC, a saída do secretário da SAI foi um fato inusitado e lançou dúvidas a respeito dos conteúdos e dos objetivos do SNC. O ponto positivo é que se abriu uma janela de oportunidade para a consolidação de um sistema de financiamento articulado entre União, estados e municípios, já que a Secretaria de Fomento, que incorporou a missão da SAI, tem aqui uma de suas atribuições fortes. É possível, inclusive, que o SNC possa ser exercitado pela articulação em torno de projetos a serem fomentados via Lei Rouanet, negociados com os entes federativos, empresas e associações. A vantagem desse arranjo é limitar a pressão por recursos, restringindo a demanda e atuando de forma seletiva no que se refere aos projetos considerados prioritários, inclusive aqueles relacionados ao fortalecimento das cadeias produtivas da cultura.

Essa estratégia é centrada na atuação do próprio órgão federal, implicando certo insulamento, embora permita a continuidade do fortalecimento institucional do MinC e de suas vinculadas, que em parte são responsáveis pela avaliação de projetos. Então, o MinC passaria a consolidar, segundo planos estratégicos, parte dos recursos provenientes dos incentivos fiscais e seria capaz de exercitar um sistema seletivo de apoios a projetos por via de editais, em especial acionando as empresas estatais que fazem uso da Lei Rouanet.

Evidentemente que, para dar continuidade à linha de ação anterior, o novo secretário terá o desafio de reorientar os recursos internos das secretarias fusionadas, adequar o perfil dos operadores e construir um tipo de capital político diferente daquele que detém atualmente. Portanto, é mais provável que as prioridades se desloquem para o exercício de uma linha de fomento a projetos, em detrimento da articulação de um sistema de interlocução. Abre-se a interrogação para o comportamento dos entes de governo, municipais e estaduais. Como entenderão as mudanças institucionais e quais suas expectativas em relação ao Sistema Nacional de Cultura?

O secretário atual tem elementos a seu favor, principalmente o de ter protagonizado a aprovação de reformas da Lei Rouanet. Essas foram anunciadas desde o período de transição do governo anterior e apenas se cristalizaram no Decreto nº 5.761, de abril de 2006. Outro ponto favorável ao secretário é que as empresas estatais continuarão a ser as maiores investidoras em cultura pela via dos incentivos fiscais e algumas delas – especialmente a Petrobras – estão dispostas a direcionar parte dos seus investimentos segundo as diretrizes das políticas governamentais. Outras empresas de vocação nacional poderiam igualmente reorientar seus recursos para regiões até agora menos contempladas.

Então, as mudanças na SAI tornaram opaca a idéia do que seria o SNC. Não que o conceito estivesse claro antes e agora tenha perdido essa qualidade. Os caminhos tinham certa lógica: o da consolidação de um sistema de mediação e interlocução do setor público entre si e a criação de espaços onde estariam presentes agentes da sociedade cultural e do mundo privado. A configuração dos recursos disponíveis exigia que os elementos mais importantes fossem recursos de convencimento e certo acervo de valores políticos. Os recursos de gestão eram claramente insuficientes e os financeiros bastante exíguos.

Para o segundo mandato os recursos de gestão continuam exíguos e aprovação das PECs continua na pauta. Mas, aparentemente, a idéia de um sistema de mediação e interlocução (sobretudo pelos Conselhos) cedeu lugar ao fomento de atividades e projetos relacionados a eventos e a cadeias produtivas. É possível que agora quando se falar em sistema implique referência às dinâmicas culturais e econômicas encadeadas que precisam ser aproveitadas no seu potencial de geração de renda, emprego, impostos e cidadania. O papel do governo federal seria então o de coordenar parcerias e financiar projetos. Essa interpretação ainda não está totalmente clara e configurada, pois a fusão da SAI e da SIFC ainda é transitória. Mas a hipótese interpretativa é plausível.